ANO XII - Edição 88 - Junho de 2018 - Distribuição Gratuita

www.jornalavozdomotoboy.com.br

JORNAL A VOZ DO MOTOBOY

Geraldo Alckmin cumpre promessa e recebe propostas de governo do SindimotoSP e Febramoto

O candidato à presidência reuniu-se com a diretoria do Sindimotosp e Febramoto para tratar demandas do motofrete, mototáxi e motociclistas em âmbito nacional. Caso vença a eleição, Alckmin pretende dar sequência as políticas publicas para setor de duas rodas que implantou como governador de São Paulo nos últimos 8 anos para todo Brasil.

Pg 05

DTP e SindimotoSP tratam de questões do motofrete na capital paulista

Sindicato dos motoboys de São Paulo pede agilidade no processo de regulamentação e fiscalização nas empresas clandestinas e de aplicativos no motofrete. Essa reunião é desdobramento da reunião ocorrida com o Secretário Municipal de Mobilidade e Transportes da Prefeitura de São Paulo (SMT) João Octaviano no mês de maio. O Diretor do DTP, criou uma agenda de reuniões para avançar no pleito e buscará entendimento com outros órgãos municipais que possam auxiliar nas soluções dos problemas do setor de motofrete

Pg 05

SRT-SP / MTE autua Rapiddo/IFood por irregularidades nas relações de trabalho com motociclistas profissionais

Pg 06

Prefeitura aprova lei que proíbe mototáxi na capital paulista

Pg 02

Auditor fiscal aponta as diferenças entre marketplaces e prestadores de serviço sob demanda

Pg 06

Estado de SP tem nova redução em fatalidades no trânsito

Pg 02

Antena corta pipa poderá ser obrigatória para todas as motos no estado de SP

Pg 02

Prefeitura aprova lei que proíbe mototáxi na capital paulista

Descumprimento resultará em multa de R$ 1 mil para o condutor e, em caso de reincidência, a moto será apreendida. Publicada no Diário Oficial do município, a lei também proíbe o transporte de material inflamável ou de qualquer outro que coloque em risco a segurança.

O prefeito Bruno Covas aprovou no início de junho desse ano a Lei Municipal nº 16.901, que já está em vigor, e que proíbe a utilização de motocicletas para o transporte de passageiros em toda a capital. O projeto de proibição do mototaxi tinha sido aprovado em maio na Câmara Municipal e seguiu para sanção ou veto do prefeito. Assim como os vereadores, o prefeito também entendeu que a medida colabora para redução de acidentes envolvendo motociclistas. A falta de regulamentação específica causou polêmica em 2016 quando aplicativos de transporte particular usaram a brecha na lei para oferecer o serviço. Associações particulares também estavam sendo formadas para o transporte de passageiros com moto.

A lei proíbe, inclusive, o transporte de combustíveis, de produtos inflamáveis ou tóxicos e de galões, com exceção do gás de cozinha e de galões de água mineral, desde que com o auxílio de "side-car".

Para ser aprovada a lei, usou-se como dados estudos entre 2015 e 2017, em que apurou-se média de 480 acidentes fatais com motociclistas, o que representou 37% do total de acidentes fatais nos anos.

Antena corta pipa poderá ser obrigatória para todas as motos no estado de SP

Projeto de Lei que obriga uso do equipamento de segurança foi aprovado na Câmara dos Deputados Estaduais e agora segue para veto ou sanção do governador Márcio França.

Antes, a obrigatoriedade era apenas para motocicletas destinadas a uso profissional, no caso motofrete e mototáxi. Agora, a lei determina que saiam de fábrica com o equipamento. Assim, todas as motocicletas produzidas no Estado de São Paulo poderão ter de sair das fábricas equipadas com antenas protetoras contra linhas de pipa. Essa obrigatoriedade faz parte do Projeto 61/2004 aprovado em maio pela Assembleia Legislativa.

A proposta original previa que o artefato de proteção fosse metálico, mas emenda apresentada pelo próprio autor da proposta estabelece que o tipo de material será definido por meio do decreto de regulamentação da lei, que será publicado em breve.

O projeto determina ainda que as montadoras terão 180 dias para cumprirem a nova regra a partir da publicação da norma legal. No caso dos atuais proprietários de motocicletas, o prazo chega a até 270 dias. Quem adquirir motos fabricadas em outros estados terá de instalar a haste nos guidões em no máximo 30 dias contados da data de emissão da nota fiscal.

Câmara dos deputados federais ainda discute alteração na CNH

O Projeto de Lei 3245/15 foi aprovado pela Comissão de Viação e Transportes e tramita em caráter conclusivo para ser analisado na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania. O PL já foi tirado e colocado na pauta de votação diversas vezes. Quando, e se aprovado no Congresso, o Conselho Nacional de Trânsito (Contran) faz a regulamentação definindo os detalhes pertinentes a cada subcategoria.

Assim, os novos motociclistas terão de fazer uma evolução gradual entre as três subcategorias: A1 (até 300cc), A2 (até 700cc) e A3 (sem limite de cilindrada). Primeiramente o motociclista deverá concluir sua habilitação na categoria A1 (até 300 cc). Depois, para habilitar-se na subcategoria A2 (até 700 cc), o condutor deverá estar habilitado há no mínimo um ano na subcategoria A1 e não ter cometido nenhuma infração gravíssima, ou ser reincidente em infrações graves, durante os últimos doze meses. Para fazer sua CNH na subcategoria A3 (sem limite de cilindrada), o condutor deve ter no mínimo um ano de subcategoria A2 e não ter cometido nenhuma infração grave ou gravíssima, ou ser reincidente em infrações médias, durante os últimos doze meses. Para quem tem CNH não muda por enquanto.Ressaltamos que o PL segue na Câmara sem previsão de aprovação ou arquivamento.

Editorial

Em pleno mês de copa do mundo o que se vê é uma motivação sem limites pelos jogos da seleção brasileira. Gastos com acessórios verde-amarelo, ruas vazias em dias de jogo e coisas do tipo. Do outro lado, num país que não para, é um esquecimento em relação aos problemas desse Brasil, que está em crise financeira e política. Parece que a população, em troca de algumas jogadas nem tão geniais como mostraram seleções anteriores, preferem deixar as coisas como estão. Muito bom e melhor seria se, o povo brasileiro usasse a mesma motivação para lutar por direitos, justiça, igualdade e tantos outras situações que precisam e necessitam de um olhar mais atento, político até. Com isso, não dizemos que não torcemos pelos "canarinhos", pelo contrário, queremos também o Hexa. Mas, que pena trocarmos sempre nossa independência e olhar crítico por pão e circo, como na Roma antiga. Acorda Brasil!

Estado de SP tem nova redução em fatalidades no trânsito

Motociclistas seguem como as principais vítimas e representam 34,2% dos casos em abril.

Segundo dados do Movimento Paulista de Segurança no Trânsito, programa do Governo do Estado, abril registrou 436 óbitos envolvendo todos os tipos de veículos, contra 451 casos no mesmo período do ano passado, resultando em queda de -3,3%. Nos primeiros quatro meses de 2018, a redução foi de -6,1%: 1.642 óbitos contra 1.749 em 2017. A maior redução nos índices se deu entre ocupantes de automóveis.

O mesmo estudo mostra que os motociclistas continuam como as principais vítimas no trânsito e representam 34,2% dos casos no quarto mês do ano. Foram registradas 149 vítimas deste grupo, aumento de 7,2% na comparação com 2017 (139). Mesmo assim, no acumulado do ano, houve redução de -3,4% com 561 óbitos de janeiro a abril contra 581 no mesmo período do ano passado.

O Infosiga SP forneceu também números dos acidentes. Vias municipais concentram 55% das fatalidades no Estado, contra 38,5% em rodovias. Homens (80,1%), jovens com idade entre 18 e 29 anos (26,1%) e condutores dos veículos (54,4%) permanecem como as principais vítimas de acidentes que se concentram no período noturno (53%) e nos fins de semana (46,6%).

Expediente

A Voz do Motoboy
Jornalista responsável: Pedro Pimenta
Diagramação: Rodrigo Martins
Colaboradores: Febramoto / Abramoto
DNP / Instituto Motofrete / SindimotoSP
Associação dos Motofretistas

Redação: Rua Dr Eurico Rangel, 58
Brooklin Novo / Cep: 04602-060
Telefone: 5049-0442
Site: www.jornalavozdomotoboy.com.br
email: redacao@jornalavozdomotoboy.com.br

AÍ, MOTOCICLISTA: SE LIGA NESSA MENSAGEM, JOW.

Você pode não saber.

Mas as **pessoas que pilotam moto**

são as que correm mais risco de sofrer

acidentes no trânsito.

Os dados são recentes (e alarmantes):

1/3 das pessoas que morrem no trânsito

é motociclista*, sendo que **49% dos acidentes**

fatais acontecem no fim de semana,

a maioria de madrugada.*

Por isso, o Detran.SP e o Governo

do Estado de São Paulo contam com você

para pilotar mais consciente e ajudar

a transformar as estatísticas.

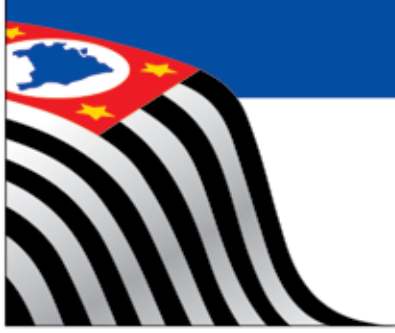
E, para essa transformação acontecer,

a atenção tem que ser de dia, de noite, sempre.

SIGA SEGURO,
CHEGAR BEM
É CHEGAR COM VIDA.

#SigaSeguro

*Fonte: Infosiga-SP



MOVIMENTO PAULISTA DE SEGURANÇA NO TRÂNSITO

Você sabia que dar entrada no Seguro DPVAT é um procedimento totalmente gratuito?

Isso mesmo. Em casos de acidentes de trânsito que resultem em Morte, Invalidez Permanente, total ou parcial, ou mesmo a cobertura de custos médico-hospitalares, você pode contar com a indenização do Seguro DPVAT, o seguro do trânsito brasileiro. São mais de 8 mil pontos de atendimento espalhados por todo o País, onde você pode dar entrada gratuitamente e sozinho, sem atravessadores.

Mais informações

SAC DPVAT 0800 022 12 04
Canal de Denúncias 0800 022 12 05
Ouvidoria 0800 021 91 35

DPVAToficial

DPVAToficial

dpvat_oficial

www.seguradoralider.com.br

Geraldo Alckmin cumpre promessa e recebe propostas de governo do SindimotoSP e Febramoto

O candidato à presidência reuniu-se com a diretoria do Sindimotosp e Febramoto para tratar demandas do motofrete, mototáxi e motociclistas em âmbito nacional. Caso vença a eleição, Alckmin pretende dar sequência as políticas publicas para setor de duas rodas que implantou como governador de São Paulo nos últimos 8 anos para todo Brasil.

No encontro foram tratadas questões para os motofretistas, mototaxistas e motociclistas. "Caso eleito, pretendo continuar ajudando essas categorias tão importantes para o Brasil e que necessita de incentivos para melhorar a segurança do dia dia e na prestação de serviços bem como o exercício da profissão", disse o ex-governador.Em outra reunião ocorrida no começo do ano com Alckmin, foi apresentado o Projeto de Regulamentação da Atividade Comercial de Motofrete, que possibilitou a geração de 300 mil empregos no estado de São Paulo e 1 milhão em todo o Brasil com segurança e padronização. Isso rendeu ao setor de duas rodas profissional avanços significativos na questão da regulamentação da atividade comercial de motofrete.

Desde 2012, o ex-governador vem investindo no setor, seja no maior programa de qualificação profissional realizado no Brasil, com mais de 70 mil cursos gratuitos ou em subsídios para renovação da frota, através de linha de crédito pelo Banco do Povo Paulista, com juros 0,35% ao mês, campanhas de educação e orientação de trânsito etc.

O pré-candidato afirma que é possível reduzir os acidentes com motos e melhorar o setores de serviços em todo Brasil com determinação e experiência, tanto a que possui em relação ao assunto.

As demandas para redução dos acidentes e para geração de empregos, além de valorização a profissão, fez com que o governo estadual ficasse a par das dificuldades da categoria para preparar políticas públicas para o setor de duas rodas profissional.

Na reunião, o SindimotoSP e Febramoto posicionou o presidenciável Alckmin quanto as demandas da categoria e destacou as principais.

PROPOSTAS DE GOVERNO

Criação do Programa Nacional de Segurança de Trânsito nos moldes do Movimento Paulista de Segurança no Trânsito que tem diminuído os acidentes no estado de São Paulo.

Liberação dos recursos do Funset (Fundo Nacional de Segurança no Trânsito) para uso em campanhas e programas de educação de trânsito que reduzam os acidentes envolvendo motociclistas em todo Brasil.

Isenção de impostos e taxas do governo federal para todos os motociclistas na compra de equipamentos de segurança pessoal como capacete, jaqueta com protetores, calcas com protetores, luvas, bota e colete.

Isenção de impostos e taxas federais para motociclistas profissionais na aquisição de equi pamentos de segurança (capacete, calça com protetor, colete ou jaqueta INMETRO,bota e luvas) para uso individual e equipa mentos de segurança para motocicletas (antena corta pipa, protetor de pernas, faixas reflexivas, baú etc).

Campanha de orientação a regulamentação e fiscalização em todo território nacional para melhoria dos serviço e padronização da categoria.

Gratuidade dos Cursos 30 horas para incentivar a regulamentação junto aos profissionais motofretistas e mototaxistas.

Linha de financiamento para aquisição de moto o km e equipamentos de segurança obrigatórios para os motociclistas profissionais, motocicletas flex mais modernas e com os itens de segurança,trazendo mais segurança e diminuindo o número de acidentes.

DTP e SindimotoSP tratam de questões do motofrete na capital paulista

Sindicato dos motoboys de São Paulo solicita agilidade no processo de regulamentação e fiscalização nas empresas clandestinas e de aplicativos no motofrete. Esse encontro ocorrido recentemente é desdobramento da reunião ocorrida com o Secretário Municipal de Mobilidade e Transportes da Prefeitura de São Paulo (SMT) João Octaviano, para buscar avanços para o setor. O próprio secretário solidarizou-se com a situação dos trabalhadores motociclistas e buscará entendimento com os órgãos municipais que possam auxiliar nas soluções dos problemas.

Entre as solicitações indicadas, envolvem demandas urgentes para o Departamento de Transportes Públicos (DTP) e ação imediata. Fiscalização nas empresas clandestinas, bem como regulamentação das empresas de aplicativo no motofrete foram algumas das urgências sugeridas pelo SindimotoSP.

Na reunião com o DTP, o sindicato discutiu a questão de uma nova lei municipal que possa atender as Leis Federais 12.009, 12.436 e 12.997, como por exemplo o seguro de vida complementar da Lei Municipal 14.491 para atender as diversas reclamações dos motofretistas e prevenir fraudes.

Em reunião com o secretário no mês passado, o sindicato solicitou cursos gratuitos de 30 horas pelo Cetet (Adesão e Renovação), além da criação de mais bolsões de estacionamento para motocicletas com placa vermelha e de um Grupo de Trabalho (GT) para desenvolver ações voltadas para à regulamentação e segurança do motociclista no trânsito, como também outros incentivos municipais para o motofrete.

No caso do GT, poderia ser aberto um fórum de discussão que melhore a vida dos motociclistas e que haja diminuição dos acidentes e mortes no trânsito, como uma Campanha de Educação no Trânsito – Programa de Proteção ao Motociclista, que orientaria as empresas que contratam serviços de motofrete promoverem a segurança do trabalhador motociclista, exigindo profissionais 100% regulamentados e que cumpram as leis que regem a categoria.

SRT-SP / MTE autua Rapiddo/IFood por irregularidades nas relações de trabalho com motociclistas profissionais

Os auditores-fiscais do trabalho expediram 14 autuações e duas notificações para a Rapiddo, dentre as irregularidades estavam a falta de reconhecimento do vínculo empregatício dos motociclistas e do recolhimento do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS). A empresa também foi autuada em relação à falta de cuidados com saúde e segurança do trabalho. Somados todos os valores, a multa foi de quase R$ 1 milhão. A Rapiddo foi notificada e tem até o dia 19 de junho para regularizar a situação dos 675 motociclistas observados durante as investigações sob pena de nova autuação.

Trabalhadores de empresas de aplicativos aguardam os chamados nas ruas, não tem onde se proteger dos efeitos do tempo, nem onde se alimentar, além de não contarem com mínimo de condições de trabalho da parte dessas empresas.

A Superintendência Regional do Trabalho de São Paulo (SRT-SP) - Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), autuou a empresa de aplicativo de motofrete Rapiddo, que foi comprada pela IFood, após investigações e comprovação da relação de trabalho que existe entre empresa e trabalhadores motociclistas.

Antes disso, o Ministério do Trabalho já havia multado a Loggi em mais de R$ 2 milhões e determinado que ela registrasse em carteira de trabalho mais de 500 profissionais. Assim, as duas maiores empresas de aplicativo de motofrete foram multadas e percebe-se o cerco fechando. Tendo as empresas de aplicativo de motofrete reconhecer que existe vínculo empregatício com os trabalhadores motociclistas.

O auditor-fiscal Sérgio Aoki explica que, segundo as apurações realizadas, a empresa oculta a relação de emprego com os motofretistas ao defender que se trata de um aplicativo para facilitar a captação de clientes, porém, para a fiscalização, a atividade principal da Rapiddo é o próprio serviço de entregas, sendo a programação de aplicativos apenas o instrumental para esse negócio. "A empresa vende ao cliente final um serviço de entregas rápidas com preço e produto definidos por ela mesma. O cliente e o trabalhador não negociam entre eles e somente são conectados após a aprovação de ambos. O preço é sempre estipulado por meio de uma tabela definida pelo sistema. Portanto, não há agenciamento", afirma Sergio Aoki, que coordenou a equipe de fiscalização durante um ano e composta pelos auditores Rafael Brisque Neiva e Rafael Augusto Vido da Silva.

Segundo a fiscalização, todo o procedimento de entregas é acompanhado pelo aplicativo que avalia, premia e até dá punição ao trabalhador. "Veja que o sistema não é utilizado pelo cliente do Rapiddo para identificar na Plataforma o motofretista que poderá melhor prestar o serviço. O cliente, aliás, nem sabe quem o atenderá e muito menos sabe sobre a sua avaliação. O sistema de avaliação é utilizado sim pela Rapiddo para controlar e punir os trabalhadores, o que confirma o poder diretivo da empresa", afirma Aoki.

O MTE ainda diz que outros argumentos provam a relação de emprego como tabela de preços imposta pela empresa unilateralmente, agendamento para o atendimento de entrega, trabalhadores disponíveis em determinadas regiões e horários que cumpram um número mínimo de entregas nos locais, número de trabalhadores em sua base, modelo de terceirização de serviços em nuvem, entre outros. Por essas questões é que os auditores da SRT/SP – MTE não tem dúvidas quanto às irregularidades apontadas e ainda destacam fatos como o próprio trabalhador arcar com os custos da motocicleta, do combustível e do tempo ocioso entre as ligações.

Além disso, o recolhimento menor de ISS pela empresa para o Município leva a um rombo gigantesco das contas previdenciárias, uma vez que não há recolhimentos de encargos pela empresa que é beneficiária da mão-de-obra do motociclista profissional e que que a ocultação da relação de emprego por meio dessa suposta intermediação leva a um ganho de competitividade que tem levado, inclusive, ao fechamento das empresas de motofrete express do mercado.

A SRT-SP / TEM também encaminhou ofícios ao município de São Paulo e à Receita Federal para a apuração de eventuais valores de ISS e de encargos sociais não recolhidos.

Auditor fiscal aponta as diferenças entre marketplaces e prestadores de serviço sob demanda

É preciso diferenciar marketplaces de prestadores de serviços sob demanda com precificação tabelada. Esta é uma das premissas que foram adotadas pelo auditor fiscal Sergio Aoki, da Superintendência Regional do Trabalho de São Paulo (SRT-SP), para autuar a Rapiddo esta semana e multá-la em R$ 1 milhão por supostas infrações trabalhistas. Aoki conversou com Mobile Time nesta quinta-feira, 7, para explicar os argumentos que embasaram a sua autuação.

A Rapiddo é uma startup que procura conectar motoboys a clientes corporativos que precisam fazer entregas rápidas dentro das grandes cidades. A empresa se considera uma intermediadora cuja plataforma faz a ligação entre as duas pontas. Com isso, entende que os motofretistas não são seus funcionários, mas profissionais autônomos, que usam a sua solução para conseguir trabalhos de entrega. Aoki discorda. Para explicar, ele faz uma comparação com outros apps que, no seu entendimento, seriam efetivamente intermediadores, ou marketplaces, como o Mercado Livre: "No Mercado Livre as pessoas se cadastram como vendedores e podem vender o que quiserem, pelo preço que bem entenderem e do jeito que acharem melhor. Chamamos isso de marketplace. É uma vitrine de negócios. O Mercado Livre facilita essa conexão entre vendedor e comprador. Isso é uma intermediação efetivamente. O vendedor tem autonomia para definir o seus produtos e seus preços", diz.

Ele cita como outro exemplo de intermediação o portal BoaConsulta, que funciona como um marketplace de médicos e dentistas: nele o profissional disponibiliza o seu currículo e tem a liberdade para definir o preço da consulta, enquanto o paciente, por sua vez, pode escolher quem preferir. "Na Rapiddo é diferente, ela não faz intermediação. A empresa não dá liberdade para o motoqueiro definir seu preço. E o trabalho tem que ser do jeito que a Rapiddo determina, senão o motofretista perde pontuação e pode até ser eliminado da plataforma", compara. "Na Rapiddo, com certeza há uma relação de emprego (entre a empresa e os motofretistas)", acrescenta.

Na compreensão do auditor fiscal, startups como a Rapiddo seriam na verdade prestadoras de serviço sob demanda com preço tabelado que tratam como profissionais autônomos trabalhadores que atuariam como seus funcionários. A estratégia faz com que a empresa economize os custos com diversos encargos trabalhistas e previdenciários, minimizando também seus riscos em caso de acidentes de trânsito com os motoqueiros. Paralelamente, essa competição prejudica as empresas que atuam dentro da lei trabalhista, pois estes não conseguem praticar preços tão baixos, argumenta.

Em ações judiciais passadas sobre o tema, juízes deram ganho de causa às empresas por entenderem que, se o trabalhador tem a liberdade para entrar e sair a hora que quiser do serviço, ele então não é um empregado, mas um autônomo. Aoki contra-argumenta: "Você não precisa entrar às 8h e sair às 17h para ser considerado um empregado. A subordinação vem de outras maneiras, não apenas pelo controle da jornada".

O Ministério do Trabalho decidiu que a Rapiddo tem até o dia 19 de junho para regularizar seus funcionários. Se não cumprir o prazo, tomará outra multa, diz Aoki.

A Rapiddo contesta as acusações e diz que tomará as medidas cabíveis com as autoridades competentes. Ou seja, provavelmente entrará com um recurso administrativo dentro do Ministério do Trabalho. E, se necessário, recorrerá à Justiça.

Outros apps

A Rapiddo não é a primeira startup de logística autuada pelo Ministério do Trabalho. No ano passado, foi a vez da Loggi, que agora recorre em âmbito administrativo.

Aoki prefere não citar nominalmente outros apps, mas confirma que os argumentos usados na autuação da Rapiddo e da Loggi se aplicariam a outras empresas. Ou seja, novas investigações vêm por aí.

Análise

É papel de auditores fiscais como Aoki fazerem esse tipo de investigação, à luz da legislação trabalhista vigente. Por outro lado, é inegável que isso desperta preocupação de investidores estrangeiros e inibe novos empreendedores.

Cabe destacar que tal discussão não acontece somente aqui, mas no mundo inteiro, incluindo outros países com legislação trabalhista bem mais flexível que a brasileira, vide os processos judiciais contra o Uber nos EUA.

Ressalte-se, por fim, que a nova lei trabalhista brasileira criou o conceito de trabalho intermitente, que talvez pudesse ser aplicado em alguns dos apps ora autuados. Aoki preferiu não externar sua opinião sobre esse ponto.

Artigo originalmente publicado em Mobile Time (www.mobiletime.com.br) - 07 de Junho de 2018 ás 16:26 - e gentilmente cedido pelo autor Fernando Paiva.

HONDA
The Power of Dreams

Nova NXR 160 Bros ESDD com freios CBS.

Os freios se falam, você tem a melhor resposta.

Combi Brake

***Com o sistema CBS (Combined Brake System)**, ao pisar no freio traseiro, o dianteiro é acionado simultaneamente. Assim, a frenagem é distribuída de modo inteligente, parando a motocicleta numa distância menor e com mais estabilidade.*

BROS 160

Faça um test ride | www.honda.com.br/motos

3 ANOS DE GARANTIA + 7

Novas cores / Linha 2010

Painel Blackout Digital
Tecnologia e Inovação

Minha escolha faz a diferença no trânsito.

HONDA

HONDA
The Power of Dreams

Y&R

Funciona pra ela que precisa de parcelas acessíveis.

Funciona pra ele que quer programar a troca da sua moto.

Funciona pra você.

É FÁCIL HONDA Consórcio E FUNCIONA

A cada 10 motos Honda vendidas, 4 são entregues pelo Consórcio. Mais de 5 milhões de motos entregues. São mais de 35 mil contemplações todos os meses.

Acesse nosso site **www.consorciohonda.com.br**
Se preferir, baixe nosso aplicativo Consórcio Honda.

IBAMA PROMOT HOMOLOGADO

PRODUZIDO NO POLO INDUSTRIAL DE MANAUS
CONHEÇA A AMAZÔNIA

Trânsito seguro: eu faço a diferença.

HONDA
Consórcio